



Acta Scientiarum. Language and Culture

ISSN: 1983-4675

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Vieira Braga, Diego; Cazarin, Ercília Ana  
Deriva referencial em discursos sobre a organização dos jogos olímpicos de 2016  
Acta Scientiarum. Language and Culture, vol. 39, núm. 2, abril-junio, 2017, pp. 167-178  
Universidade Estadual de Maringá  
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307451180006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



## Deriva referencial em discursos sobre a organização dos jogos olímpicos de 2016

Diego Vieira Braga\* e Ercília Ana Cazarin

Programa de Pós-graduação, Universidade Católica de Pelotas, Rua Gonçalves Chaves, 373, 96015-560, Centro, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. \*Autor para correspondência. E-mail: diegho.braga@gmail.com

**RESUMO.** O foco deste estudo é o funcionamento referencial em sequências representativas do construto teórico que denominamos Discurso de Organização das Olimpíadas 2016. Inicialmente, apresentamos a configuração desse discurso. Em seguida, discutimos a ocorrência da primeira pessoa do plural com base em uma perspectiva discursiva, enfatizando a noção de ‘nós’ político. Finalmente, analisamos sequências discursivas extraídas de declarações de Carlos Nuzman, presidente do comitê organizador do evento. Por meio de exercícios parafrásticos e da relação entre o linguístico e a memória discursiva, percebemos que, quando da ocorrência do ‘nós’, o discurso de Nuzman varia entre referentes imaginários distintos. Essa deriva produz um efeito de socialização da responsabilidade pelo trabalho organizacional. Entretanto, tal efeito faz supor um alinhamento, controverso, entre a posição daquele que enuncia (em confronto com certo imaginário sobre o Brasil) e a do referente. Ressaltamos, portanto, a importância de abordar o ‘nós’ em um nível discursivo, de maneira a pôr em causa a ilusão de homogeneidade de vozes que tal representação pode produzir.

**Palavras-chave:** análise de discurso, funcionamento referencial, Olimpíadas.

### Referential drift in discourses about the organization of the 2016 olympic games

**ABSTRACT.** The aim of this study is the referential functioning in representative sequences of the theoretical construction that denominates the 2016 Olympics Organization Discourse. Initially, it shows the setting of this discourse. Next, it discusses the occurrence of the first person plural based on a discursive perspective, emphasizing the notion of political ‘we’. Finally, it analyses discursive sequences that were extracted from Carlos Nuzman’s statements, president of the event organizing committee. Through paraphrastic exercises and the relation between the linguistic and the discursive memory, we realized that the Nuzman’s discourse varies between different imaginary referents. This drift produces an effect of socialization responsibility for the organizational work. However, such effect supposes a controversial alignment between the position of the subject who enunciates (in opposition to a particular imaginary about Brazil) and the position of the referent. We pointed out, therefore, the importance of dealing with the ‘we’ at a discursive level bringing the illusion of homogeneous voices that such representation can produce.

**Keywords:** discourse analysis, referential functioning, Olympics.

### Introdução

Neste texto, procuramos compreender aspectos do funcionamento referencial, visto em discursos representativos do que, para fins analíticos, denominamos discurso de organização das Olimpíadas 2016 (doravante DOO 2016). Desenvolvemos análises a partir de sequências discursivas extraídas de declarações à imprensa do presidente do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, em nosso entendimento, um dos principais sujeitos enunciadores do discurso em pauta. Especificamente, questionamos: a que referentes o discurso acena quando o sujeito enuncia o pronome ‘nós’ bem como outras formas pronominais que

designam a primeira pessoa do plural tais como o oblíquo ‘-nos’, os possessivos ‘nosso/nossa’ e a desinência verbal correspondente? E, existindo variação no nível referencial, o que esse funcionamento indica do papel de porta-voz e da produção de sentidos?

Convém salientar duas coisas de antemão. Em primeiro lugar, por desenvolvermos o estudo na perspectiva teórica da Análise de Discurso de filiação pecheuxiana (doravante AD), pensamos o termo ‘referente’ não como elemento empírico, mas como projeção, imagem atribuída ao objeto de que se fala pelos sujeitos em situação de interlocução. Pêcheux (1993) explica essa especificidade pela noção de

formações imaginárias, cujo funcionamento permite ao analista reconhecer o lugar do sujeito enunciador e do outro designados na estrutura discursiva através das imagens que estes se atribuem e também a imagem que esses sujeitos fazem a propósito do referente, de que falam. O referente é, portanto, imaginário, objeto de representação. A preocupação com as representações imaginárias é, aliás, uma das características da AD, conforme comenta Indursky (1997). Para a autora, há o interesse da AD “[...] pelas representações feitas pelo homem no uso que este faz do léxico em sua prática discursiva, procurando examinar as ‘transformações de sentido’, bem como os efeitos daí decorrentes” (Indursky, 1997, p. 24-25, grifo da autora). Tal deslocamento importa para nosso estudo pela possibilidade de problematizar a representação conferida ao referente, tratado na materialidade linguística do discurso a partir da forma pronominal ‘nós’. Como não há correspondência literal, direta, entre o pronome e o ‘ser’ ou ‘objeto’ por ele designado, consistindo, de fato, em uma relação mediada por um imaginário discursivo, consideraremos que aquilo de que trata o discurso por meio do ‘nós’ está sujeito a um processo de transformação, de deriva de sentidos, sendo pertinente, portanto, investigar as representações que aí emergem.

Em segundo lugar, e também devido a nossa filiação à AD, a noção de porta-voz com a qual trabalharemos se refere às características levantadas por Pêcheux (1990), guardadas as especificidades de sua abordagem, que é realizada pelo viés do discurso revolucionário. Nas palavras do autor, o porta-voz é “[...] o ponto em que o ‘outro mundo’ se confronta com o estado de coisas existente[...]” (Pêcheux, 1990, p. 18, grifo do autor), transitando entre os papéis de profeta, dirigente e homem de Estado. Conforme assinalado em seu texto, o porta-voz desempenha a função de enunciar “[...] em nome de[...]”, colocando-se como representante de um grupo, e também a função de parlamentar com um adversário, em geral, aquele que detém o poder, em favor das demandas daqueles que representa (Pêcheux, 1990, p. 17-18). No presente estudo, consideramos que esta última função não se efetiva especificamente em relação a outro sujeito, detentor do poder, mas ante um discurso dominante, um ‘estado’ de evidências de sentido existente, ao qual o porta-voz se coloca em relação de confronto.

Feitas essas observações, prosseguiremos com o estudo nas seguintes etapas: em um primeiro momento, explicitaremos o que entendemos por

DOO 2016, sua configuração no presente texto; em seguida, discutiremos a ocorrência do ‘nós’ a partir da perspectiva teórica da AD; e, finalmente, realizaremos um exercício de análise sobre algumas sequências extraídas de declarações de Carlos Nuzman, presidente do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016. As declarações integram um *corpus* empírico que reúne, fundamentalmente, entrevistas, declarações e notas à imprensa de governantes e de dirigentes esportivos envolvidos, em alguma medida, na organização das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro.

### Discursos sobre a organização das olimpíadas de 2016

Falar em DOO 2016 é, para nós, falar em discursos ‘sobre a organização’ das Olimpíadas e não ‘sobre as Olimpíadas’. Isso evita discrepâncias entre a amplitude dessa última designação e a especificidade de nossos interesses de pesquisa, já que não nos deteremos, por exemplo, no discurso de atletas, treinadores e até mesmo de torcedores e fãs a respeito do evento em sua dimensão esportiva. Registre-se que não estamos excluindo esses sujeitos dentre aqueles que consideramos capazes de enunciar o discurso que nos propomos a analisar. Porém, nossa preocupação central, ao abordar discursivamente o tema Olimpíadas 2016, reside no que governantes, dirigentes e imprensa ‘dizem sobre’ (e, concomitantemente, em ‘como dizem’) a organização, as questões atinentes aos preparativos para o conjunto de competições em si, questões essas que, de maneira inevitável, excedem o âmbito esportivo e circunscrevem outras, de natureza política, econômica, jurídica, cultural, ambiental etc.

Consideramos relevante, portanto, analisar como, no discurso dos sujeitos recém-referidos - que se ocupam, fundamentalmente, em relatar e interpretar o modo como estão sendo organizados os Jogos Olímpicos de 2016 - emergem discursos-outros. Em AD, o termo ‘outro’ costuma referenciar a heterogeneidade de todo discurso, característica estudada detalhadamente por Authier-Revuz (1990), embora essa autora se inscreva no âmbito dos estudos da Enunciação. Na perspectiva da AD, considera-se que um discurso é sempre atravessado por outros discursos encontrados nas sociedades e na história (Pêcheux, 1997), produzidos por outros sujeitos, que lhe antecedem e o constituem, e aos quais ele (o discurso) responde, para apoiar ou confrontar. No discurso em pauta, interessa-nos a emergência de discursos-outros relativos às questões que perpassam o trabalho organizatório, analisando em que medida intervêm na produção de sentidos decorrente. O DOO 2016 é pensado como um construto teórico em que se considera a

discursivização do trabalho de organização do evento.

Nesse processo de produção de efeito de sentidos a respeito da organização das Olimpíadas no Rio de Janeiro, há que se considerar a relação com discursos-outros, sem perder de vista que a presença destes pode ser pontual, isto é, pode estar limitada a uma determinada fase dos trabalhos ou tópico específico durante o período que antecede a realização do evento, ou pode ocorrer no discurso de determinados sujeitos, e não no de outros. Aqui, remetemos a Orlandi (2003) quando considera as condições de produção do discurso em sentido estrito, as circunstâncias imediatas da enunciação, e, em sentido amplo, que incluem o contexto sócio-histórico, ideológico e também a memória do dizer: “[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer [...]” (Orlandi, 2003, p. 31) e do qual nos ocuparemos no decorrer do texto. Falamos em caráter pontual, portanto, para fazer a distinção, nos discursos considerados representativos do DOO 2016, entre elementos teórico-analíticos que permitiriam que fossem estudados de modo disjuncto e traços compartilhados de discursividade que qualquer um desses objetos discursivos, conforme cremos, poderia apresentar, independentemente do sujeito enunciador e das condições circunstanciais em que isso ocorre.

Com isso, queremos enfatizar que há, em nossa compreensão, pelo menos uma característica teórico-analítica comum aos discursos tomados como representativos do DOO 2016, qual seja, a de que eles são afetados pela relação com processos discursivos mais amplos. Esse é o fator que nos permite articular a produção discursiva de diferentes sujeitos, em distintos pontos do espaço-tempo da organização do evento. Cabe ressaltar que, ao falarmos de processo discursivo, pensamos na relação historicamente determinada e constituída que caracteriza o modo como discursos funcionam e produzem sentidos perante outros com os quais podem estar em condição de aliança ou de oposição em dada conjuntura.

Consideramos que os processos a que fazemos alusão perpassam os discursos representativos do DOO 2016, resultando em um efeito de unidade ou de identificação histórica no nível constitutivo do discurso, ainda que os sujeitos enunciem a partir da inscrição em diferentes formações discursivas (FD) ou de uma mesma FD e, neste caso, constituam efeitos-sujeito distintos. Como se sabe, falar desse processo de inscrição implica considerar, em AD, a não coincidência subjetiva daquele que enuncia consigo mesmo e a não transparência do dizer, de modo que, nessa perspectiva, sujeito e sentido

passam a ser vistos, respectivamente, como posição-sujeito no interior da FD e como efeito relativo a essa posição. Lembramos que a formação discursiva é, conforme define Pêcheux (1995), “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 1995, p. 160). É nas formações discursivas que se dá, materialmente, a interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso pela ideologia: o sujeito se filia a determinada FD, buscando significar uma prática ou dizer, o que faz que traços da memória sócio-histórica que se referem aos saberes interdiscursivos próprios a dada FD reapareçam em seu discurso. A partir de Courtine (2009), compreendemos que, conforme se dê a relação de identificação estabelecida entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber da formação discursiva (a forma-sujeito da FD), isto é, conforme o sujeito enunciador, enquanto posição-sujeito do discurso, venha a se identificar, contraidentificar ou desidentificar com a forma-sujeito da FD, produzir-se-á um determinado efeito-sujeito. Para nós, importa frisar que, ainda que discursos representativos do DOO 2016 sejam produzidos a partir de posições-sujeito inscritas em FD diferentes ou que a diferença resida na modalidade de identificação no interior de uma mesma FD, haverá em comum, entre eles, certos traços de discursividade anterior.

É como se a relação com esses processos anteriores tornasse cada novo objeto discursivo produzido no período um exemplar do que seja relatar e interpretar uma organização de Olimpíadas ‘no Brasil’. Essa delimitação se justifica no entendimento de que a referida relação é fundada no acontecimento histórico da eleição do Rio de Janeiro para cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Nos termos de Le Goff (1996), fatos, eventos, fenômenos da atividade humana ou não tornam-se objeto de uma escritura, “[...] produto de uma construção, [produto] da presença do saber histórico” (Le Goff, 1996, p. 142-144). Assim, um acontecimento empírico se torna acontecimento histórico quando da sua interpretação, da produção de sentidos sobre ele.

É preciso considerar que tal acontecimento é a condição que torna possível a existência<sup>1</sup> do DOO 2016. Mais do que isso: a partir desse

<sup>1</sup> Cabe fazer a ressalva de que, por princípio teórico da AD, não se pode determinar um ponto de origem absoluto para qualquer discurso, tampouco precisar seu alcance final, dado que se constitui a partir de discursos anteriores. O acontecimento da eleição do Rio de Janeiro como sede olímpica de 2016 deve ser visto como o marco simbólico, o efeito-fundador da construção teórica que denominamos DOO 2016.

acontecimento, o DOO 2016 ganha sua especificidade, tendo em vista que, pelo gesto de interpretação (Orlandi, 2012) que norteia nossa configuração, pode-se supor que um discurso de organização de Olimpíadas se instaure toda vez que uma nova sede é escolhida. Porém, do mesmo modo que não será, empiricamente, a mesma organização, não se constituirá um mesmo discurso, o que justifica o complemento '2016' à denominação que adotamos.

O que acreditamos que se estabelece de maneira geral no discurso de determinados sujeitos, a partir do referido acontecimento histórico, é uma relação entre, de um lado, a tomada de posição (discursiva, portanto, ideologicamente determinada) para significar o planejamento, a execução, as consequências do modo como esta é conduzida, enfim, o acompanhamento de uma série de compromissos que têm por objetivo primário preparar a cidade para receber os Jogos Olímpicos e, de outro, processos discursivos historicamente constituídos a respeito do país - e, por extensão, de seu povo - que constituem a produção de sentidos sobre o trabalho desenvolvido no Brasil para que esse objetivo seja cumprido. Em nossa compreensão, discursividades vigentes sobre o Brasil e os brasileiros intervêm no dizer de governantes, dirigentes e no relato da imprensa, de modo que uma interdependência se instala (já que esses processos discursivos já instituídos também serão atualizados), relação em que consistirá a especificidade do DOO 2016, conferindo-lhe densidade sócio-histórica, reportando-o à história de sentidos sobre o local em que o evento se realizará.

Portanto, consideramos representativo do DOO 2016 todo discurso cuja produção de sentidos sobre a organização do evento esteja amparada, em alguma medida, na mobilização de uma memória discursiva sobre o Brasil ou sobre os brasileiros. Lembramos que, para a AD, não se trata de memória em uma acepção cognitivista; a memória com que trabalha o analista de discurso concerne à relação entre o social, a história e a linguagem, em suma, concerne aos "[...] sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas" (Pêcheux, 1999, p. 50). Ao ser estabelecida enquanto categoria analítica por Courtine (2009), a memória discursiva vem dar conta da "[...] existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos" (Courtine, 2009, p. 105-106). O enunciado, na compreensão desse mesmo autor, corresponde a um elemento do saber próprio a uma FD. Em nossa configuração, para ser representativo do DOO 2016, é preciso que o que se venha a dizer na interpretação da organização do

evento adquira sustentação em determinados enunciados (saberes), os quais, articulando com a reflexão de Pêcheux (1995), funcionariam como pré-construídos, isto é, índices de já-ditos, dizeres que já produziram sentido "[...] antes, em outro lugar, independentemente" (Pêcheux, 1995, p. 162). Trata-se da retomada de uma memória, de um dizível (aquilo que é possível de dizer, porque já-dito) que é 'exterior' a um discurso sobre a organização, mas vem a ser mobilizado e atualizado no instante da correspondente enunciação e que, no presente caso, diria respeito a saberes e imagens historicamente construídas sobre o Brasil e seu povo.

Desse modo, cremos ser possível reconhecer articulações entre a tentativa de se produzir sentido sobre a organização das Olimpíadas no Brasil e uma rede de associações implícitas preexistentes que podem emergir em pré-construídos a respeito, por exemplo, do modo de os brasileiros se relacionarem com o tempo, sustentado em um saber que circula socialmente na forma de dizeres pejorativos como 'brasileiros deixam tudo para a última hora'. Atentamos, portanto, para vestígios que sinalizem a relação estabelecida com processos discursivos já em andamento e que, conforme cremos, têm implicações para a produção de sentidos sobre referentes que venham preencher imaginariamente o espaço referencial instaurado pelo 'nós' na materialidade linguística de discursos representativos do DOO 2016.

Acreditamos que as seqüências discursivas extraídas de declarações à imprensa de Nuzman dão mostras dessa configuração que pode ajudar a explicar o funcionamento referencial em cada uma. Por cumprir uma função de liderança institucional, pode-se supor que uma representação em primeira pessoa do plural, produzida no discurso de Nuzman, enquanto sujeito enunciativo do DOO 2016, refira-se fundamentalmente à equipe por ele comandada, pois é esta que se encontra diretamente envolvida no trabalho de organização do evento. Entretanto, nossas leituras do *corpus* até aqui reunido sinalizam que os referentes com os quais se associa não são encontrados somente nesse âmbito institucional. Como se acenasse, por vezes, a uma coletividade diferente daquela que lidera, o discurso de Nuzman nos instiga a compreender quais outros referentes poderiam ser agregados ao seu dizer. Faremos isso pensando a presença do 'nós' sob uma ótica discursiva.

#### **Representação em primeira pessoa do plural: alguns olhares**

Comecemos a discutir o funcionamento discursivo do 'nós' pela reflexão de Geffroy (1985a).

Segundo essa autora, enunciar um ‘nós’ implica que nos perguntemos que pessoas são convocadas quando do aparecimento desse pronome e por quê. Isso se deve ao fato de que, em uma única sílaba, consegue-se designar aquele que enuncia e mais outras pessoas. O ‘nós’, ela explica, é “[...] a primeira encarnação linguística do ‘mais de um’” (Geffroy, 1985a, p. 6, grifo da autora)<sup>2</sup>. Esse aspecto já remete “[...] aos problemas do laço social, da constituição do sujeito falante em sujeito político, em suma, da ideologia” (Geffroy, 1985a, p. 6)<sup>3</sup>. Além de enfatizar o papel de ‘locutor coletivo’ que o ‘nós’ pode exercer - identificando, inclusive, a existência de ‘graus de coletivização’ na enunciação de um locutor -, Geffroy nos convida a refletir sobre o jogo de forças implicado no ato de enunciar um ‘nós’ e a indagar em que se sustenta a aparente coesão entre locutor e demais referentes, obtida por meio do uso dessa forma pronominal.

Em outro texto (Geffroy, 1985b), ao analisar discursos de Robespierre e investigar quem são os sujeitos associados ao enunciador quando este utiliza o ‘nós’, Geffroy identifica níveis de referência mais frequentes, sendo que, em um desses níveis, o efeito de unidade produzido pelo ‘nós’ é determinado por relações de força, o que a faz concluir que a presença do pronome serve tanto para excluir quanto para incluir sujeitos no discurso de quem enuncia. Podemos reconhecer, assim, o ‘nós’ em seu funcionamento político, em que há expressão de ‘certa’ pluralidade, definida ideologicamente.

Consideramos apropriado, neste ponto, articular o que escreve Cazarin (2007), que, analisando a representação política no discurso de Lula, define o ‘nós’ político como “[...] um ‘nós’ ampliado e, não raras vezes, ambíguo, representativo de distintos grupos sociais inscritos na mesma posição-sujeito a partir da qual o sujeito enunciador do referido discurso enuncia” (Cazarin, 2007, p. 21, grifo da autora). Se nos parece, por um lado, que a abrangência conseguida por meio do emprego do ‘nós’ tem algo de imprecisa, considerando que o que se produz é um ‘efeito’ de homogeneidade de vozes, por outro, não deixa de ser uma característica favorável ao sujeito que enuncia. De fato, Indursky (2000), ao refletir sobre a noção de porta-voz e sua função enunciativa no discurso sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, afirma que a melhor forma de representação do sujeito político consiste precisamente em “[...] enunciar ‘nós’ de forma inclusiva, elegendo a si e a seus representados,

‘os sem-terra’, como o que constitui a referência a esse ‘nós’” (Indursky, 2000, p. 23, grifo da autora).

Em texto distinto (1997), em que analisou o discurso de sujeitos que ocuparam o lugar de Presidente da República durante o período de ditadura militar no Brasil, essa autora observou que o uso do ‘nós’ (incluindo aí as demais formas de representação em primeira pessoa do plural) permitia aos sujeitos enunciadores do discurso presidencial militar uma associação com referentes distintos. Essa amplitude referencial, como ela mesma designou, encontrava sustentação no descrito por Guespin, para quem o ‘nós’ designa “[...] conjuntos lexicalmente não-nomeados” (Guespin conforme citado por Indursky, 1997, p. 66). É na retomada desse autor e de sua respectiva compreensão acerca da presença do ‘nós’ - como possibilidade de quem o enuncia associar referentes diversos ao seu dizer sem a necessidade de que sejam especificados linguisticamente - que Indursky se baseia para definir o próprio modo de entender o funcionamento desse pronome.

A autora vê o ‘nós’ como o resultado da associação do sujeito enunciador com uma não pessoa discursiva, explicando que “[...] na interlocução discursiva, a não-pessoa discursiva corresponde ao referente lexicalmente não-especificado ao qual eu se associa para constituir ‘nós’” (Indursky, 1997, p. 67, grifo da autora). Em suas análises, ela identificou que a não pessoa discursiva pertencia ora à esfera do espaço público individual (circunscrita à imagem do lugar institucional que o enunciador ocupa), ora à esfera do espaço público partilhado (relativa à imagem de diferentes segmentos sociais, em nome dos quais o enunciador se considera autorizado a falar).

Temos, assim, indicações teóricas concernentes às questões que nos colocamos neste estudo, especialmente no que diz respeito à especificação da natureza dos referentes aos quais o sujeito enunciador do DOO 2016 se associa quando emprega o pronome ‘nós’. A ambiguidade dessa forma pronominal, característica já prevista por Guespin, resulta precisamente da variedade de referentes que pode abrigar. Quais seriam, então, os referentes ausentes na materialidade linguística das sequências selecionadas, mas presentes no discurso pela ocorrência da não pessoa discursiva? E mais: em que se sustentaria a associação com determinado referente bem como possíveis mudanças referenciais no interior de uma mesma sequência discursiva?

A maneira que encontramos de responder essas questões é retomando a memória discursiva enquanto categoria de análise. Isso nos faz retornar ao trabalho de Cazarin (2007), quando assinala que,

<sup>2</sup> Tradução nossa para “[...] le ‘nous’ est la première incarnation linguistique du ‘plus d’un’ [...]” (Geffroy, 1985a, p. 6, grifo da autora).

<sup>3</sup> Tradução nossa para “[...] les problèmes du lien social, de la constitution du sujet parlant en sujet politique, bref de l’idéologie [...]” (Geffroy, 1985a, p. 6).

“[...] para que o ‘nós’ produza sentido, é preciso levar em conta o interdiscurso (a memória do dizer), constitutivo do dizer” (Cazarin, 2007, p. 21, grifo da autora). Cabe salientar que, em texto posterior, Cazarin (2010) discute a pertinência, em AD, de se considerar equivalentes o interdiscurso e a memória discursiva, concluindo que, apesar de aquele constituir esta, não se pode trabalhar as duas noções como termos sinônimos. Isto porque a memória discursiva é identificável por sua lacunaridade, uma relação dependente, porém partitiva com o interdiscurso, por sua vez, um espaço saturado de sentidos, que comporta todo o possível do dizer. Conforme as palavras da autora, “[...] o interdiscurso fornece elementos para a reconstituição/restabelecimento da memória discursiva, que é da ordem do interdiscurso, mas que, para produzir sentidos, precisa ser mobilizada pela posição-sujeito” (Cazarin, 2010, p. 6).

Concordando com essas considerações, acreditamos ser possível, então, escrever que a análise do ‘nós’, no processo de produção de sentidos, deve ser pensada em termos do que o sujeito enunciador, enquanto posição-sujeito, recupera do interdiscurso por meio da memória discursiva, tendo em vista que será apenas uma parte da ordem do já-dito (interdiscurso) que retornará em seu dizer, resultando no que Courtine (2009) denomina efeito de memória. Conforme cremos, a partir da configuração apresentada, discursos representativos do DOO 2016 compartilham a característica do retorno de já-ditos (sob a forma de pré-construídos) sobre o Brasil e os brasileiros, de forma a sustentar sentidos no que se diz da organização do evento no País.

Pelo exposto até aqui, tal mobilização tem consequências para a representação dos sujeitos enunciadores do DOO 2016 ao empregarem o ‘nós’, pois os outros sujeitos aí convocados ocupariam, em tese, a mesma posição-sujeito daquele que efetivamente enuncia, estabelecendo um mesmo efeito de memória e sugerindo o pertencimento de todos a uma mesma FD. É o momento de observar se esse seria o funcionamento discursivo do ‘nós’ ao comparecer na materialidade linguística do discurso de Nuzman.

#### **O ‘nós’ no discurso do presidente do comitê rio 2016**

Considerem-se as seguintes sequências discursivas extraídas de declarações de Nuzman à imprensa durante o período da organização do evento. Para fins analíticos, grifamos com aspas simples as marcas linguísticas correspondentes à enunciação em primeira pessoa do plural.

sdr 1

Sem o apoio dos governos não ‘faríamos’ os Jogos, e sem os voluntários também não. ‘Nós’ e o governo ‘entregaremos’ tudo o que ‘prometemos’, e os voluntários serão os executores. (Veja, 2014, grifo nosso).

sdr 2

Os Jogos Olímpicos são do Brasil. E com a união e o esforço de todos os setores, ‘vamos’ mostrar ao mundo que ‘somos’ capazes de organizar o maior evento esportivo do planeta. Para ‘nós’ é uma honra muito grande ter o apoio e a participação da Fiesp neste projeto. (Agência Indusnet Fiesp, 2012, grifo nosso).

sdr 3

‘Nós estamos’ conscientes de que todos os focos estarão dirigidos para ‘nós’ a partir de agora e ‘estamos’ trabalhando para isso. ‘Estamos’ trabalhando para entregar tudo como o mundo espera (Globo Esporte.com, 2014a, grifo nosso).

Na sdr 1, existem quatro marcas linguísticas que indicam a representação em primeira pessoa do plural. Percebe-se que a primeira delas (‘faríamos’) funciona circunscrita a um nível referencial muito específico, qual seja, o do espaço público da instituição de que o sujeito enunciador faz parte, o Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016. Os referentes convocados imaginariamente nessa ocorrência corresponderiam, portanto, às pessoas que integram a entidade em que Nuzman ocupa o lugar institucional de presidente.

Esse entendimento se legitima no que se depreende da afirmação do sujeito enunciador: o trabalho de organização, o ‘fazer’ os Jogos, por parte dos membros do Comitê Organizador (incluindo aí o próprio Nuzman), é partilhado com os governos (esferas municipal, estadual e nacional); os voluntários têm uma responsabilidade direta com a operação do evento em si. Essa vinculação com o poder executivo, aliás, tornou-se um dos principais argumentos em favor do projeto olímpico do Rio como registrado no Dossiê de Candidatura: “Os três níveis de Governo comprometeram integralmente as suas capacidades políticas, econômicas e de entrega, para garantir o sucesso dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro” (Dossiê, 2009, p. 46).

O que nos faz considerar essa sequência representativa do DOO 2016, na configuração que adotamos neste texto, é também o que não nos possibilita afirmar o nível referencial a que pertencem os demais ‘nós’ com tanta ênfase quanto no primeiro caso. Embora as demais marcas admitam paráfrases como ‘A equipe do Comitê Rio

2016 e o governo' ou 'Os integrantes do Comitê Rio 2016 e o governo', a necessidade de se ressaltar que tudo o que foi prometido será entregue parece responder a discurso anterior, produzido em outro(s) lugar(es) e conjuntura(s) sócio-histórica(s), o que supõe o funcionamento do 'nós' em outro nível referencial.

Acreditamos que a reiteração sobre a entrega, espécie de promessa sobre promessas, realiza-se em função do atravessamento desse outro discurso, que não seria proferido da posição-sujeito em que Nuzman se inscreve, mas que ainda assim é constitutivo de seu dizer. Para encontrar indícios dessa alteridade constitutiva, poderíamos remontar aspectos do espaço-tempo de produção do discurso de Nuzman. Pode-se dizer que ele foi produzido sob condições adversas para os organizadores do evento. Embora começassem a se valer do argumento de que a Copa do Mundo de futebol - outro megaevento internacional de que o Brasil se tornou sede na década - fora considerada, de um ponto de vista operacional<sup>4</sup>, um evento bem-sucedido, os organizadores das Olimpíadas 2016 ainda sofriam os efeitos do período talvez mais tenso desde o início dos preparativos.

Desde a última das visitas periódicas da comissão do COI que inspeciona o andamento dos trabalhos, realizada alguns meses antes da declaração de Nuzman, os organizadores passaram a enfrentar severas críticas (advindas em grande parte de membros do próprio COI), amplamente repercutidas na imprensa nacional e internacional. Questões de atrasos em obras e indefinições em diversos pontos da execução do projeto pautavam, com frequência, relatos sobre a organização do evento nesse período, condicionando a produção de efeitos de sentido negativos sobre o trabalho até então realizado, tais como desconfiança, pessimismo etc.

O detalhe é que, linguisticamente, muitas das críticas eram dirigidas não somente às autoridades e equipes responsáveis pela organização, mas também aos brasileiros de modo geral. Como exemplo, recobramos as palavras de Francesco Ricci Bitti, presidente da Associação das Federações Internacionais Olímpicas de Verão e membro da Comissão de Coordenação do Comitê Olímpico Internacional para os Jogos Olímpicos e

Paraolímpicos de 2016, que, ao expressar sua preocupação com o ritmo dos preparativos, lançou mão de concepções generalizantes como em "São os hábitos e o estilo dos sul-americanos, que não estão acostumados a sediar grandes eventos como esse" (Globo Esporte.com, 2014b). Também consideramos caso exemplar o que diz Michael Payne, diretor de marketing do COI, quando tenta justificar o temor e a desconfiança dos membros dessa entidade: "Você olha para os últimos 20, 30 anos de principais projetos de infraestrutura lá, o Brasil não entregou" (Kiernan & Futterman, 2014)<sup>5</sup>. Esse tipo de manifestação pode ter interferência no que é dito por Nuzman, mesmo que não se trate de fazer réplica a alguma delas especificamente.

Dada a maneira como se configura para nós o DOO 2016, essa desconfiança, ainda que condicionada por circunstâncias imediatas, pontuais, assenta-se mesmo em um imaginário já consolidado pela determinação histórica (ideológica) de sentidos a respeito do Brasil e dos brasileiros. Acreditamos encontrar vestígios desse percurso, remontar estados dos processos discursivos relacionados ao DOO 2016, por meio de enunciados diversos que, apesar de produzidos em conjunturas sócio-históricas distintas daquela aqui em análise, correlacionam-se com esta em função da historicidade, isto é, do modo como a história se inscreve na língua, relação que é constitutiva do discurso.

Senão vejamos: mesmo poucas décadas após a chegada dos portugueses, quando até os vislumbres de algo que um dia pudesse ser chamado de 'sociedade brasileira' estavam em formação, já havia apreciações sobre comportamentos 'típicos' nos núcleos de povoamento. Referindo-se à vila de Piratininga (que deu origem à cidade de São Paulo), o Padre José de Anchieta, em 1585, sentenciou: "É terra desleixada e remissa e algo melancolica e por esta causa os escravos e os Indios trabalham pouco e os Portugueses quasi nada e tudo se leva em festas, convívios e cantares, etc [sic]" (Anchieta, 1933, p. 425). Não somos, ainda hoje, um país reconhecido predominantemente pelo traço da festividade? Ainda no período colonial (1757), encontramos, no relato de um viajante francês, uma enumeração de características pouco favoráveis à imagem dos que aqui habitavam: "[...] o orgulho, a superstição, o ciúme, a preguiça e o deboche são levados ao extremo por esses colonos" (Flotte conforme citado por França, 2014, p. 59). Convém salientar que a chamada literatura de viagem se tornou um fenômeno editorial na Europa dos séculos XVI e

<sup>4</sup> Durante o período de preparativos para a Copa do Mundo de 2014, os organizadores desse evento também sofreram críticas devido a situações, como atrasos na entrega de estádios e de obras de infraestrutura que não foram concluídas no prazo planejado. O evento em si, no entanto, foi realizado e transcorreu de maneira considerada satisfatória, especialmente na opinião de grande parte da mídia internacional, que chegou a reconhecer que as previsões alarmistas quanto a aspectos importantes da organização, como instalações esportivas, mobilidade urbana e segurança, não se concretizaram. Um exemplo notório desse 'mea culpa' midiático é o editorial do jornal espanhol 'El País' de 21 de junho de 2014.

<sup>5</sup> Tradução nossa para: "You look at the past 20-30 years of major infrastructure projects there, Brazil has not delivered" (Kiernan & Futterman, 2014).

XVII, como registra França (2014). Esse fato, de certo, contribuiu para a formação de um imaginário quase mítico a respeito de povos tão distantes na geografia e no modo de vida. Mas há exemplos bem mais recentes. 'O Brasil não é um país sério', teria dito o presidente francês Charles de Gaulle em função de um conflito diplomático<sup>6</sup> entre seu país e o Brasil. Embora a autoria tenha sido mais atribuída do que assumida, o enunciado em si passou a figurar entre aqueles utilizados para definir o País, inclusive pelos próprios brasileiros.

Não pretendemos um levantamento exaustivo de formulações conhecidas em que o foco é a atribuição de sentidos, seja por meio de nominalizações daquilo que é descrito como traços de personalidade, seja de adjetivação de costumes e hábitos tidos como intrínsecos. O importante é pensar a eficácia material desse processo histórico que faz que palavras como preguiça, indolência, improviso, jeitinho, malandragem, desorganização, incompetência componham evidências de sentido sobre o Brasil e os brasileiros. Algo que podemos considerar próximo de discursos fundadores, segundo Orlandi (1993), aqueles que, para um país, "[...] funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país" (Orlandi, 1993, p. 7). Os dizeres formulados outrora retornam na atual conjuntura, por meio da memória discursiva, sob a forma de pré-construídos, para significar o trabalho desempenhado pelos organizadores e significar também os próprios organizadores, que, metonimicamente, funcionam como os brasileiros em geral.

Essa retomada explanatória foi necessária para a análise da sdr 1 e das demais sdrs. Isso porque, em princípio, o 'nós' presente na sdr 1 aponta para uma fórmula do tipo 'eu' + 'referente discursivo institucional' (a equipe, os integrantes etc.), sendo que o discurso-outro repercutido na sequência também poderia constituir o discurso dos demais referentes associados. Mas o detalhe ao qual aludíamos é o da imagem e dos sentidos depreciativos, que apesar de emergirem em uma conjuntura inédita - os primeiros Jogos Olímpicos organizados no Brasil e na própria América do Sul -, e aos quais o discurso do sujeito enunciativo da sdr parece se contrapor, resultam mesmo de construções sedimentadas ao longo da história. Sendo assim, diríamos que, pelo seu funcionamento discursivo, o 'nós' da sdr 1 aponta para um nível referencial

institucional, com uma não pessoa discursiva que corresponde à equipe liderada pelo sujeito enunciativo, ao mesmo tempo em que implica um nível referencial mais amplo, como uma não pessoa discursiva que pode ser especificada como 'os brasileiros'.

Na sdr 2, são três as representações em primeira pessoa do plural. O funcionamento aqui aponta para a pluralidade ambígua que caracteriza o 'nós' político devido à impossibilidade de se asseverar equivalência entre os referentes convocados pelas respectivas marcas. Isso porque as duas primeiras ('vamos, somos') não parecem admitir circunscrição ao espaço público institucional, tal como ocorre com a terceira ('nós'). Para esta, as paráfrases autorizadas seriam 'Para minha equipe e eu', 'para a equipe que lidero e eu' ou simplesmente 'Para o Comitê Organizador Rio 2016', além da afirmação subsequente sobre a participação da Fiesp no processo de organização. Cabe salientar que uma das principais atribuições do Comitê Rio 2016 é captar recursos e estabelecer contratos de patrocínio que viabilizem comercialmente o evento, e a parceria firmada mostra-se estratégica, pois a entidade mencionada congrega uma parte considerável do empresariado brasileiro.

Para o 'vamos' e o 'somos', o processo parafrástico não autoriza somente a correspondência com o referente discursivo do âmbito institucional. Uma substituição como 'os brasileiros mostrarão ao mundo que são' é possível, sendo que, linguisticamente, ancora-se nas afirmações iniciais de que 'Os Jogos Olímpicos são do Brasil' e 'com a união e o esforço de todos os setores'. Discursivamente, o funcionamento se aproxima do que foi analisado na sdr 1 a respeito do 'nós', indicando uma maior amplitude referencial. A diferença é que a entrada nesse nível referencial mais amplo é mais explícita que na sdr 1. Isso torna mais aparente também a 'socialização da responsabilidade pela organização do evento'.

Em nossa compreensão, é associada ao dizer do sujeito enunciativo a imagem de uma coletividade ampla, indistinta, que pode ser nomeada simplesmente como 'os brasileiros'. Sobre ela recai o peso histórico relativo ao estado de desenvolvimento ou de civilidade em comparação com outras sociedades<sup>7</sup>. Teríamos, portanto, uma responsabilidade/necessidade coletiva de

<sup>6</sup> Designado na imprensa como 'Guerra da Lagosta', o conflito se deu em função de embarcações francesas capturarem o crustáceo em águas sob domínio brasileiro no oceano Atlântico. A formulação atribuída ao presidente francês mostra-se polêmica, dadas as medidas adotadas pelo governo do Brasil para lidar com o conflito, em especial, a mobilização de um contingente militar para o local.

<sup>7</sup> Nesse sentido, o europeu pode ser considerado nosso primeiro 'parâmetro'. Orlandi (1990), em estudo que analisa o discurso das descobertas em relatos de viagem do século XVI ao XVIII, explica que os europeus são tidos como outro absoluto pelo brasileiro. O detalhe, ela sublinha, é que eles "[...] nunca se colocam na posição de serem nosso 'outro'. Eles são sempre o 'centro', dado o discurso das descobertas [sic] que é um discurso sem reversibilidade" (Orlandi, 1990, p. 47, grifo da autora).

desautorizar o dizer de um outro, aquele cujo discurso se ampara em evidências de sentido depreciativas constituídas historicamente. Embora não baste para instaurar uma ruptura no dizível, já que, nessa sdr, trata-se de projeções, reconhecemos que, para o sujeito enunciador, o acontecimento histórico da eleição do Rio para sede das Olimpíadas funciona como condição para que haja, ao menos, o confronto com processos discursivos vigentes. A questão que surge é se essa é uma concepção válida também para os referentes convocados.

Concluimos que não, e, para sustentar esse entendimento, retornamos a Geffroy (1985b) devido a uma pertinente consideração que faz sobre o sujeito-político. Este, segundo a autora, possui formas de escapar de suas responsabilidades enquanto sujeito enunciador e que uma delas seria enunciar em favor de um coletivo, cujos contornos estão sempre em movimento. 'Vamos' e 'somos' são certamente exemplos do 'nós' político, sustentando a ambiguidade que lhe é característica, parcialmente desfeita ao especificarmos que a não pessoa discursiva que se abriga sobre eles equivale a um coletivo como 'os brasileiros'. Em nosso entender, o caráter ambíguo permanece, em certa medida, devido ao fato de ser este um grupo ainda muito amplo. Como visto pela historicidade constitutiva do discurso em pauta, os efeitos de sentido podem exceder o âmbito do trabalho institucional de organização do evento, mas não há garantias de uma homologia na direção interpretativa tomada nesse outro nível. Essas condições nos fazem escrever que a coletividade convocada é difusa em demasia para que se diga que os sujeitos associados compartilham da mesma filiação do sujeito enunciador.

Ao explicitarmos que a não pessoa discursiva corresponde a 'os brasileiros', por exemplo, temos que levar em conta o aspecto difuso, impreciso que o discurso adquire, pois não se distinguem segmentos sociais nem posições divergentes, encobertas pelo efeito de unidade, de homogeneidade de vozes, saberes e demandas que a modalidade de representação plural consegue produzir. Compreendemos, portanto, que o 'nós' também é capaz de alojar (imaginariamente), sob si, sujeitos que podem estar ocupando posições divergentes ou mesmo identificados a uma FD antagônica àquele que enuncia.

No caso do DOO 2016, pensamos, por exemplo, naqueles que relatam e interpretam a organização das Olimpíadas do Rio sob a condição de terem sido afetados pelas obras relacionadas ao evento, como os moradores de áreas que foram desapropriadas para a construção de instalações e empreendimentos relacionados ao evento. O que gostaríamos de

salientar é que continuaria a haver uma articulação com processos discursivos anteriores sobre o Brasil, mas estes fariam que o DOO 2016 pudesse ser reportado a outras discussões históricas sobre, por exemplo, o preconceito de classe no País, a incompatibilidade entre reivindicações da população e demandas priorizadas pelos diferentes governos, a adoção de práticas antidemocráticas e inconstitucionais pelas instâncias de poder, a banalização da corrupção e o estigma de impunidade que cerca esses atos ou ainda os conflitos entre direitos civis e interesses privados. Sobre o funcionamento discursivo pela representação plural, diríamos, em suma, que se pode perceber uma sensível deriva entre níveis referenciais, de um mais amplo para um mais específico, no interior da mesma sequência. Porém, em relação ao primeiro, o sujeito enunciador não consegue 'compartilhar' a responsabilidade da organização, dado que esse grupo pode conter desde o divergente até o antagônico.

Na sdr 3, são cinco marcas que explicitam o uso da primeira pessoa do plural, sendo que quatro delas se encontram em uma mesma oração. Essa condição torna ainda mais interessante observar as derivas entre níveis referenciais, como já visto nas outras sdrs. Vejamos o caso do duplo 'nós estamos'. Sustentamos a concepção de que o primeiro par referencia a não pessoa discursiva institucional do mesmo modo que ocorre na sdr 1: com a possibilidade de estar aí implicada a não pessoa discursiva da coletividade dos brasileiros. Mas é o segundo 'nós' que evoca esse referente discursivo imaginário de modo mais contundente, dado que não se pode afirmar que 'os focos' que estariam sendo dirigidos para esse 'nós' partam exclusivamente dos membros do COI, o que poderia restringir o nível referencial ao da instituição Comitê Rio 2016.

Embora considerada a circunstância em que a declaração foi produzida (nos dias finais dos Jogos Olímpicos de inverno de 2014; o Rio de Janeiro, pela ordem, é a sede seguinte de uma edição olímpica, seja de inverno ou de verão), são as atenções, as expectativas do mundo, como é afirmado no último trecho, que, de uma maneira geral, o sujeito enunciador crê se dirigirem para o Brasil. Novamente, entendemos que o trabalho realizado pelos organizadores é metonímia para o trabalho que os brasileiros são capazes de realizar em geral. Isso faz que, na sequência, o segundo 'estamos' fique em suspenso em termos de nível referencial: tanto autorizando paráfrases como 'O Comitê Organizador Rio 2016 está trabalhando' quanto 'os brasileiros estão trabalhando'. Porém, no

terceiro ‘estamos’, retorna a ênfase do nacional no lugar do institucional. Não é o COI, mas o mundo, um outro geral - no limite, absoluto tal como explicado por Orlandi (1990) - que espera que o Brasil entregue tudo conforme o parâmetro dele, do outro, não do nosso, ou do que se crê ser o nosso parâmetro.

Pensamos novamente na relação que configura o DOO 2016 na forma da antecipação, da modalização (sem garantias, por certo) do discurso com base nas imagens que quem enuncia faz de si e do outro, nos moldes do que preceitua Pêcheux (1993). É interessante que, no caso das formações imaginárias relacionadas com a representação em primeira pessoa do plural, o sujeito enunciador constrói uma imagem de si associada com a daqueles a quem se associa, mesmo que, como na sdr 2, não esteja autorizado por esse referente a falar em nome dele e, portanto, a dizer como este se imagina e imagina aquele de quem fala.

A seguir, apresentamos uma Figura (quadro-síntese) dos referentes discursivos que são convocados por meio da representação com o ‘nós’ em cada sdr analisada.

SDR	Marca linguística	Referentes discursivos
1	faríamos	Comitê
1	nós, entregaremos, prometemos	Comitê ----- Os brasileiros
2	vamos, somos	Os brasileiros
2	nós	Comitê
3	nós[1], estamos[1]	Comitê ----- Os brasileiros
3	nós[2]	Os brasileiros
3	estamos[2]	Comitê ----- Os brasileiros
3	estamos[3]	Comitê ----- Os brasileiros

Figura 1. Quadro-síntese de referentes discursivos imaginários.

## Conclusão

Creemos ter conseguido rastrear prováveis referentes discursivos imaginários apontados pelo uso do ‘nós’ nas sdr apresentadas bem como analisar aspectos do funcionamento dessa forma linguística no discurso de Nuzman, caracterizado pela deriva

entre níveis referenciais e a consequente possibilidade de partilha do compromisso pela organização do evento com outros grupos que não somente o da instituição Comitê Rio 2016.

Esse funcionamento discursivo variável acaba por relativizar a função que esse sujeito enunciador cumpre no DOO 2016: ora porta-voz de um discurso ‘da organização’ dos Jogos Olímpicos, legitimado pelo lugar institucional de presidente do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, ora porta-voz de um discurso ‘sobre a organização’ dos Jogos Olímpicos que se transforma no discurso de uma coletividade que estaria unanimemente desidentificada com um domínio de saber do qual emergem evidências de sentido constituintes de um discurso dominante depreciativo sobre o Brasil e os brasileiros.

A respeito dessa função enunciativa no DOO 2016, temos o entendimento de que Nuzman não se comporta como mero porta-voz institucional desse discurso, enunciando em nome da equipe que ele lidera e do trabalho por ela realizado. O fato de que sintagmas como ‘os brasileiros’, ‘o povo brasileiro’ ou simplesmente ‘o Brasil’ possam preencher imaginariamente o espaço instaurado na sua enunciação quando da utilização do ‘nós’, faz que tenhamos, de um lado, ‘responsáveis institucionalizados’ e, de outro, ‘responsáveis não-institucionalizados’, ou se preferirmos, ‘responsáveis morais’. Assim, simbolicamente, todos os brasileiros passam a responder pela organização das Olimpíadas e a arcar com as consequências do modo como é conduzida, com o sucesso ou o fracasso desse trabalho. Algo muito próximo do que Indursky (1997) reconhece em sua análise como uma ‘associação arbitrária’. Pensamos poder falar em uma ‘associação relativamente arbitrária’, pois mesmo diante de uma coletividade indistinta, na qual, de fato, opera-se com apenas uma parcela da totalidade imaginada, há aqueles que se identificam e se percebem representados pelo que é enunciado.

No caso que analisamos, o discurso de Nuzman está respondendo, em nome da coletividade dos brasileiros, uma demanda que não é de todos os segmentos da sociedade e confronta um saber que, como visto, é construído historicamente a partir do olhar de um outro estrangeiro, de modo que, antes de confrontar, admite-se a vigência dos sentidos produzidos a partir da posição do adversário com quem parlamenta. A unidade instituída pelo ‘nós’, como vista nas considerações recobradas de Geffroy (1985b), é apenas aparente, um efeito que tem, sim, sua eficácia, que é favorável, como defende Indursky (2000), mas que não se sustenta quando a pluralidade é muito abrangente, pois não há

garantias de um alinhamento dos referentes convocados à mesma posição da qual o sujeito enuncia.

Nossas análises nos permitiram falar em deriva referencial, e isso nos leva a pensar no caráter polêmico do funcionamento discursivo do ‘nós’. A preocupação do analista deve residir na memória que sustenta a produção de sentido a partir dessa marca e, a isso acrescentamos, também no tipo de efeito produzido. Torna-se necessário, em cada nova prática de análise que se ocupa dessa questão, explicitar se o ‘nós’ político, além de apagamento, de exclusão de referentes sob a condição de se representar uma determinada pluralidade e não outra, não consistiria também em uma inclusão não autorizada de referentes, sob a ilusão de unidade e homogeneidade, que a representação em primeira pessoa do plural consegue produzir.

## Referências

- Agência Indusnet Ficsp. (2012, 26 de junho). *Rio-2016 deve gerar 90 mil postos de trabalho, diz Nuzman em evento na Fiesp*. Recuperado de <http://www.fiesp.com.br/noticias/rio-2016-deve-gerar-90-mil-postos-de-trabalho-diz-nuzman-em-evento-na-fiesp/>
- Anchieta, J. (1933). Informação da província do Brasil para nosso padre. In J. Anchieta (Ed.), *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões* (p. 409-447). Recuperado de <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00381630#page/1/mode/1up>
- Authier-Revuz, J. (1990). Heterogeneidade(s) enunciativa(s). (Celene M. Cruz, & João Wanderley Geraldi, trads.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19(2), 25-42.
- Cazarin, E. A. (2007). O silenciamento do “eu”, de “o Lula” e do “Presidente Lula”. *Signo*, 32(52), 16-27.
- Cazarin, E. A. (2010). Gestos interpretativos na configuração metodológica de uma FD. *Organon*, 24(48), 103-118.
- Courtine, J.-J. (2009). *Análise do discurso político: O discurso comunista endereçado aos cristãos* (Christina de Campos Velho Birck, D. Martin, M. L. Meregalli, M. R. B. Osório, S. D. Loguércio, & V. Leclercq, trads.). São Carlos, SP: EdUFSCar.
- Dossiê. (2009). Comitê de candidatura Rio 2016. *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*. Recuperado de [http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie\\_de\\_candidatura\\_v1.pdf](http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf)
- França, J. M. C. (2014). O Brasil que veio de fora. In J. M. C. França, T. Cribelli, & M. Parada (Orgs.), *As descobertas do Brasil* (p. 18-69). Rio de Janeiro, RJ: Casa da Palavra.
- Geffroy, A. (1985a). Les nous indistincts. *Mots*, 10(1), 5-8.
- Geffroy, A. (1985b). Les nous de Robespierre ou le territoire impossible. *Mots*, 10(1), 63-90.
- Globo Esporte.com. (2014b, 8 de abril). *Membro do COI fala em planos B para 2016: Não vemos noção de urgência*. Recuperado de <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2014/04/membro-do-coi-aponta-problemas-para-jogos-do-rio-e-fala-em-plano-b.html>
- Globo.Esporte.com. (2014a, 20 de fevereiro). *Após Sochi, Jogos de 2016 ganham holofotes: Estamos conscientes disso*. Recuperado de <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2014/02/apos-sochi-jogos-de-2016-ganham-holofotes-estamos-conscientes-disso.html>
- Indursky, F. (1997). *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Indursky, F. (2000). A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. *ALEA: Estudos Neolatinos*, 2(2), 17-26. Recuperado de <http://br/pgneolatinas/media/alea/volume%202%20numero%202/2.2%20b%20INDURSKY,%20Freda.%20A%20fun%C3%A7%C3%A3o%20enunciativa%20do%20porta-voz%20no%20discurso%20sobre%20o%20MST.pdf>
- Kiernan, P., & Futterman, M. (2014, 18 de fevereiro). Brazil scrambles to ready 2016 olympics. *The Wall Street Journal*. Recuperado de <http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052702304899704579391190728437948?mg=reno64-wsj&url=http%3A%2F%2Fonline.wsj.com%2Farticle%2FSB10001424052702304899704579391190728437948.html>
- Le Goff, J. (1996). *História e memória* (4a ed., Irene Ferreira, Bernardo Leitão, & Suzana Ferreira Borges, trads.). Campinas, SP: Unicamp.
- Orlandi, E. P. (1990). *Terra à vista: Discurso do confronto, velho e novo mundo*. São Paulo, SP: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Orlandi, E. P. (1993). Prefácio. In E. P. Orlandi (Org.), *Discurso fundador* (p. 7-9). Campinas, SP: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2003). *Análise de discurso: princípios e procedimentos* (5a ed.). Campinas, SP: Pontes.
- Orlandi, E. P. (2012). *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* (6a ed.). Campinas, SP: Pontes.
- Pêcheux, M. (1990). Delimitações, inversões, deslocamentos, (José Horta Nunes, trad.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19(2), 7-24.
- Pêcheux, M. (1993). Análise automática do discurso (AAD-69). In F. Gadet, & T. Hak (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (p. 61-162, Bethania S. Mariani, Eni Pulcinelli Orlandi, Jonas de A. Romualdo, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Maria Augusta B. de Matos, Percicles Cunha, Silvana Mabel Serrani, & Susy Lagazzi, trads.). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* (2a ed., Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, & Silvana Mabel Serrani, trads.). Campinas, SP: Unicamp.
- Pêcheux, M. (1997). *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2a ed., Eni Orlandi, trad.). Campinas, SP: Pontes.
- Pêcheux, M. (1999). Papel da memória. In P. Achard, J. Davallon, J. L. Durand, M. Pêcheux, & E. P. Orlandi,

*Papel da memória* (p. 49-57, José Horta Nunes, trad.).  
Campinas, SP: Pontes.

*Received on October 28, 2015.*

*Accepted on March 4, 2016.*

Veja. (2014, 28 de agosto). *Programa de voluntários para Rio-2016 tem grande procura*. Recuperado de <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/programa-de-voluntarios-para-rio-2016-tem-grande-procura/>

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.